

ANÁLISE EXPLORATÓRIA A PARTIR DE NARRATIVA DE VIDA: ENGAJAMENTO E CRÍTICA ÀS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS EM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA DE CAMPOS (RJ)

Lilian Sagio Cezar¹
Mônica do Nascimento Brito²

Resumo: Este artigo é resultado de pesquisa do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação ambiental exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzida pelo IBAMA. Descrevemos e analisamos o papel das metodologias pedagógicas empregadas nos processos de educação não formal, na vertente da Educação Ambiental Crítica, promovidas pelo PEA Pescarte na Bacia de Campos, RJ. Para tanto se procedeu pesquisa social qualitativa de cunho exploratório a partir do estabelecimento de diálogo e interlocução em profundidade com uma pescadora eleita pela comunidade para ser representante da pesca artesanal junto aos processos educativos do PEA Pescarte. Cotejamos as informações sobre a participação de nossa interlocutora nos processos formativos às suas narrativas sobre sua trajetória de vida, buscando explicitar e correlacionar os resultados por ela obtidos diante da proposta pedagógica assentada no diálogo e na análise crítica da realidade, na escuta sensível, manutenção da mobilização diária e nas formações coletivas enquanto importantes metodologias que proporcionam tanto ao grupo da pesca artesanal, em especial as mulheres, quanto aos educadores, um aprofundamento de conhecimentos e fortalecimento nos processos educativos.

Palavras-chave: Licenciamento Ambiental; Educação Ambiental; Metodologia Pedagógica.

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: lsagio@uenf.br,
Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/3579465183157792>

² Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: monicabuenf@gmail.com.
Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/1811135262578006>

Abstract: This article is result of research by the Pescarte Environmental Education Project (PEA), which is an environmental mitigation measure required by federal environmental licensing, conducted by IBAMA. We describe and analyze the role of pedagogical methodologies used in non-formal education processes, in the area of Critical Environmental Education, promoted by PEA Pescarte in the Campos Basin, RJ. To this end, qualitative social research of an exploratory nature was carried out based on the establishment of in-depth dialogue and dialogue with a fisherwoman elected by the community to be a representative of artisanal fishing in the educational processes of PEA Pescarte. We collate the information about the participation of our interlocutor in the formative processes with her narratives about her life trajectory, seeking to explain and correlate the results obtained by her in the pedagogical proposal based on dialogue and critical analysis of reality, in sensitive listening, maintenance of daily mobilization and collective training as important methodologies that provide both the artisanal fishing group, especially women, and educators, a deepening of knowledge and strengthening of educational processes.

Key-words: Environmental Licensing; Environmental Education; Pedagogical Methodology.

Introdução

A extração de Petróleo e Gás (P&G) na Bacia de Campos (BC) promoveu um grande impacto socioambiental na região. Uma das atividades mais impactadas foi a pesqueira, que é responsável pela renda de diversas comunidades. Além disso, houve profunda interferência nos aspectos identitários e culturais (DIEGUES, 2005) referentes à ocupação desordenada do litoral. Este artigo é resultado de pesquisa do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação ambiental exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzida pelo IBAMA. O objetivo do texto é discutir as principais estratégias metodológicas utilizadas por um projeto de educação informal, no âmbito do licenciamento ambiental na BC, especialmente, no município de São João da Barra. Cabe destacar que os agentes locais envolvidos são pescadores e pescadoras, que sofrem os impactos socioambientais oriundos da atividade petrolífera.

A fim de atender ao objetivo proposto, elegeu-se como abordagem metodológica a qualitativa. Enquanto, procedimentos técnicos, destacam-se: a) o levantamento de dados da pesquisa foi realizado a partir de pesquisas documental e bibliográfica e; b) estudo de caso, onde investigou-se o modo de vida de uma marisqueira. Por marisqueira se comprehende a categoria nativa que identifica e denomina localmente as mulheres que trabalham artesanalmente no beneficiamento do pescado e do camarão (CEZAR; THEIS, 2020). Em relação aos instrumentos de coletas de dados realizou-se: entrevista, observação participante e história de vida. A caderneta de campo foi utilizada como ferramenta auxiliar. Nela foram registradas impressões capturadas no contato com a realidade da entrevistada, bem como demais informações que pudesse contribuir com a produção textual.

No que confere a relevância da pesquisa, ela apresenta três justificativas. A primeira, se refere a necessidade de aprofundamento teórico para a mitigação dos efeitos deletérios causados pela extração de P&G. E a segunda, está assentada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, propostos pela Agenda 2030. A terceira diz respeito a um incremento e publicização das pesquisas e ações em Educação Ambiental, em especial as que dizem respeito ao incremento das práticas pedagógicas (RODRIGUES, PINTO, FONSECA, MIRANDA, 2019) nos últimos anos enquanto possível estratégia de constituição e consolidação dessa área.

Fundamentação teórica

A Gestão Ambiental Pública (GAP) pode ser definida como ação política que age por meio de processos de mediação de interesses e conflitos de agentes sociais e suas respectivas ações sobre os meios físico natural construído, de maneira a garantir o direito ao meio ambiente para esta geração e suas sucessoras, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988. Segundo Quintas (2004), os detentores do poder de decisão na transformação do ambiente no Brasil estão em grupos sociais com poderes econômicos (empresários) ou outorgados pela sociedade.

A competência em conceder o Licenciamento Ambiental para os empreendimentos abrange órgãos diferentes de acordo com os níveis Federal, Estadual e Municipal. Na esfera Federal, o IBAMA é o responsável pelo licenciamento de atividades desenvolvidas em mais de uma unidade da federação e das atividades cujos danos extrapolam as fronteiras territoriais. Aos Estados cabe a liberação das licenças dentro de seus limites regionais – no caso do estado do Rio de Janeiro é a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). E, por fim, na instância municipal, a liberação da licença ocorrerá quando o impacto causado pela atividade afetar uma esfera local. Geralmente, nesse caso, são as secretarias municipais de meio ambiente as responsáveis pelo licenciamento. (FIRJAN, 2004)

Em relação ao licenciamento ambiental das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás no Norte Fluminense é responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e conduzido pela Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros (CGMac), instalada no Rio de Janeiro. É importante destacar que CGMAC regulamenta o licenciamento e incorpora a Educação Ambiental como uma parte das atividades mitigadoras, e a equipe executora para a fiscalização da pós-licença é Coordenação de produção (COPROP).

Especificamente sobre a Educação Ambiental no licenciamento a Nota Técnica CGPEG/DILIC³/IBAMA nº 01/10, trouxe especificações para o

³ Divisão de Licenciamento Ambiental.

processo em questão, buscando propor diretrizes para os programas de Educação Ambiental desenvolvidos regionalmente por Bacia de produção. Nesse contexto, a Gestão Ambiental Pública envolve o processo participativo em todas as etapas, desde o planejamento até as ações efetivas, estando presente os indivíduos de diferentes setores da sociedade.

Para que os recursos pesqueiros sejam administrados de forma a beneficiar toda sociedade, Smith (1982) afirma que é importante haver a participação das comunidades locais nas decisões administrativas e na sua execução. Loureiro (2010) afirma que o público prioritário em qualquer projeto de contexto do licenciamento devem ser os grupos afetados pelos empreendimentos sendo que os espaços de atuação dos educadores nos processos de Educação Ambiental Crítica são aqueles onde se manifestam os conflitos de uso dos múltiplos recursos.

Assim, tais processos educativos devem realizar um papel de mediação junto aos grupos e movimentos sociais impactados, contribuindo para que os sujeitos envolvidos possam defender seus direitos e interesses, participando como sujeitos políticos dos espaços públicos de decisão (LAYRARGUES, 2009).

Segundo Lobato (2006), o processo político é muito mais amplo quanto mais agentes sociais participarem das etapas deste e, mesmo com os mais diferentes graus de poder ou de interesses, manifestarem suas demandas. Somente quando existe uma relação estabelecida entre todos é que se resultará em uma política pública propriamente dita.

Os Programas ou Projetos de Educação Ambiental fazem parte do conjunto de ações previstas como exigência para todos os empreendimentos de competência do órgão ambiental federal (Instrução Normativa IBAMA nº02, de 27 de Março de 2012 – IN 02/2012) e que no âmbito da Gestão Ambiental Pública tem assumido uma grande importância no Licenciamento Ambiental e cujas ações compreendem as medidas mitigadoras ou compensatórias, determinadas como condicionantes das licenças concedidas. A mediação realizada pela Gestão Ambiental Pública deve ser conduzida de forma a promover a justiça ambiental, focando nos grupos que na prática, sofrem as injustiças sociais oriundas do modelo de desenvolvimento vigente e, consequentemente, sofrem as injustiças ambientais (WALTER; ANELLO, 2012). Segundo Quintas (2004, p.115-116),

cabe esclarecer que, ao se falar em Educação no Processo de Gestão Ambiental, não se está falando de uma nova Educação Ambiental. Está se falando sim, em uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações.

Sejam em espaços formais ou informais, as ações devem estar centradas em um processo educativo crítico e emancipatório, destinadas à estruturação da cadeia produtiva e de sustentabilidade de infraestruturas coletivas. A Educação Ambiental deve ser vista como uma ação política voltada para a transformação social, um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos (JACOBI, 2005).

De acordo com Gould (2004) é por meio da intervenção política no funcionamento de exclusão e desigualdade gerado pelas economias capitalistas, é que os grupos sociais em situação de vulnerabilidade podem ampliar a democracia e a cidadania, invertendo o processo de degradação das bases que possibilitam a vida no planeta.

Dentro dessa ótica, Gohn (2014) contextualiza a convergência de saberes e classifica a educação informal como sendo aquela que se aprende "no mundo da vida", via processos de compartilhamento de saberes, fazeres e experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Nossa concepção de educação informal articula-se ao campo da educação cidadã – a qual, no contexto escolar pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola, assim como a democratização do conhecimento.

Para Jacobucci (2008) o espaço de educação não formal é todo local onde pode ocorrer uma prática educativa, existindo dois tipos de espaços: os institucionalizados e os espaços não institucionalizados. Com isso, Martins (2009) caracteriza as relações de educação formal, de educação informal e não formal, chamando atenção para o fato dos espaços não formais de educação terem intencionalidade parcial, o que corrobora com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) pois, apesar dos espaços serem não formais, a política tem suas diretrizes, princípios e objetivos que balizam suas normativas e ações desenvolvidas.

As atividades não formais são realizadas em geral, fora do espaço físico de instituições de ensino formais, e no caso da Educação Ambiental Crítica, se torna mediadora da apropriação das capacidades necessárias para haver transformação diante do ambiente em que vivem (JUSTINO *et al.*, 2017). Dentre os diferentes espaços pedagógicos não formais onde se configuram as práticas e experiências metodológicas da Educação Ambiental, se destaca a atuação direta em comunidades tradicionais (LOUREIRO, 2004). As populações tradicionais carregam experiências e vivências, por estarem próximas ou inseridas nos ambientes e, cada grupo apresentará peculiaridades ligadas à situação particular, como interagem e sua percepção em relação aos problemas.

As comunidades pesqueiras vêm sofrendo impactos negativos em sua atividade econômica nas regiões costeiras em que ocorre empreendimentos como a exploração de petróleo (ANELLO, 2009). Dentre os principais impactos

gerados estão a restrição do acesso ao espaço marinho onde a pesca é realizada; poluição por derramamento de óleo; e redução do pescado. Segundo Loureiro (2002), a partir de ações territorializadas de sujeitos com interesses, compreensões e necessidades diferentes é que são gerados os conflitos e que a partir desses também se iniciam e realizam os processos educativos voltados para a gestão democrática do ambiente. Os processos educativos que envolvem as comunidades pesqueiras devem acompanhar, compreender e reforçar as características de cada grupo trabalhado, respeitar seu ritmo de construção coletiva e sua dinâmica social e levar em consideração suas especificidades do trabalho da pesca. A educação popular, segundo Freire (1983), é um projeto que visa possibilitar a luta dos oprimidos por meio da conscientização política.

Resultados e discussões

A pesquisa foi realizada na Bacia de Campos, onde reside a interlocutora principal desta pesquisa. (PLANO DE TRABALHO DO PEA BC, 2016). De acordo com o Censo Pescarte (2016) é a localidade que abriga a maior quantidade de mulheres. Os estudos de Souza *et al.* (2017) revelaram que na percepção das mulheres, a excessiva fiscalização no período de defeso é a problemática que traz mais prejuízos ao dia a dia delas. Essa questão está intimamente relacionada ao trabalho e, “e consequentemente na renda familiar, visto que sua atividade laboral, muitas vezes ligada ao beneficiamento, depende da disponibilidade do pescado” (p. 8).

As motivações para a escolha da interlocutora principal deste estudo foram: (1) a identificação da pesquisa com sua história de vida e (2) o protagonismo, que ao longo do tempo foi construído/consolidado por ela. No sentido de situar o leitor optou-se por descrever um pouco da história de vida da interlocutora.

A interlocutora principal foi criada pela avó, porque os pais tinham muitos conflitos e não quiseram assumir a criação deles. Com 28 anos de idade se mudou para o Norte Fluminense (NF), quando tem os primeiros contatos com a pesca, mais especificamente, com a limpeza e beneficiamento do camarão, no fundo de quintal⁴ de uma marisqueira local (Dona do Fundo de Quintal⁵). Ao relatar sua história, a marisqueira afirma que se sentia perdida por não ter uma

⁴ Fundo de Quintal, segundo Costa e Silva (2019, p. 62), “deve ser pensado tanto com um espaço físico, referente ao ambiente interno da morada, ou como um trecho de rua onde habita a família dos donos do quintal, tanto que são, via de regra, identificados a partir dos nomes de seus donos, também sendo esses a figura responsável pela organização do trabalho e das trabalhadoras”.

⁵ De acordo com Costa e Silva (2019, p. 62) “A Dona do Fundo de Quintal, seja por meio da produção pesqueira própria, rede de confiança com atravessadores ou capacidade econômica, adquire e disponibiliza os produtos da pesca que deverão ser beneficiados para as demais mulheres. A dona pode trabalhar junto com as demais marisqueiras ou apenas coordenar as atividades de trabalho ao longo do dia. Entre suas responsabilidades estão: ter o pescado que vai ser trabalhado, reunir o grupo, conferir o volume produzido por cada uma das mulheres, acondicionar o produto limpo, efetuar o pagamento das trabalhadoras.

referência de família, mas que para diminuir esse sentimento abraça as pessoas que estão perto. Afirmou não ter se mudado da região por dois motivos: primeiro, porque não deseja se afastar dos filhos e; segundo, porque precisava mostrar para as pessoas que é preciso acreditar e continuar lutando para a vida melhorar.

A Vila dos Pescadores foi palco de um período muito difícil da vida da interlocutora. Ela conta que se mudou do Espírito Santo com o marido, as filhas e duas bolsas de roupa, arriscando-se em uma nova vida. Foi, então, que ela e o cônjuge construíram uma padaria, que melhorou a condição de vida da família.

Atualmente, a entrevistada cria quatro filhos sozinha. Ela relata as dificuldades dessa condição, mas ao longo da entrevista deixa claro que não se arrepende de tê-los e que é feliz, conforme descreve no trecho:

Eu não era feliz ali [se refere ao período que era casada e que tinha uma condição financeira confortável – grifo da autora]. Mesmo que eu tinha uma estabilidade eu não era feliz. Hoje eu sou feliz, pode, eu posso ter algumas dificuldades com meus filhos assim, alguma coisa assim, que as vezes faltam as coisas, mas hoje eu sou feliz (INTERLOCUTORA PRINCIPAL, 2019).

De acordo com dados da pesquisa “Mulheres Chefes de Famílias no Brasil: avanços e desafios” esse novo lugar ocupado por nós é fruto das transformações econômicas, sociais e demográficas das últimas décadas. O estudo, ainda, aponta que 15,3% das famílias são formadas por mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas. A entrevistada, faz coro aos 28,9 milhões de mulheres, que em 2015, chefiam suas famílias.

Outra questão contemplada na pesquisa se refere ao poder da educação nos processos de empoderamento e protagonismo. Por meio da educação, seja ela formal ou informal, a mulher tem assumido novos papéis na sociedade brasileira. Embora, as mudanças de paradigmas, a apropriação de novos conhecimentos e a ressignificação de outros seja processual, uma prática pedagógica crítica é um elemento importante nesse caminho. Nesse sentido, as ações fomentadas pelo PEA Pescarte contribuem com a formação cidadã e o engajamento político, necessários a transformação social.

As ações pedagógicas do PEA Pescarte são, em grande maioria, desenvolvidas em espaço de educação não formal e informal, a partir da proposição de apresentação dialógica de temas-problemas que são reconhecidos enquanto questão relevante para as pessoas das comunidades atendidas. Essas temáticas são identificadas por meio de processos de pesquisa qualitativa e quantitativa e análise crítica dos dados (TIMÓTEO, 2019), da manutenção da mobilização diária feita por equipe técnico-

pedagógica de campo, da escuta sensível e do diálogo entre a equipe e os integrantes dos grupos de representantes eleitos junto ao próprio PEA Pescarte, o que gera a retroalimentação de informações para a construção das ações de formação continuada pautadas na Educação Ambiental crítica.

No que confere, especificamente, a realidade das pescadoras tradicionais, na área de abrangência do PEA Pescarte, o Censo revelou que o trabalho feminino é fundamental para renda familiar. De acordo, com tal levantamento, aproximadamente, 22% do trabalho desempenhado pelas mulheres geram recursos financeiros para suprir metade das necessidades orçamentárias da família; “seguida de 10,26% com mais da metade e 9,7% como única fonte de renda” (SANTOS, 2019, p. 226).

É necessário destacar que o aumento da qualificação profissional contribui para o aumento da vantagem no ingresso ao mercado de trabalho. Em tempo de altos índices de desemprego o grau de instrução é um fator decisivo, nesse sentido, a contribuição feminina na renda familiar pode aumentar proporcionalmente ao aumento do acesso à educação. A significativa e crescente participação formal das mulheres no mercado de trabalho do Brasil também se alicerça numa maior escolarização geral de sua população (ONU MULHERES, 2016, p. 69).

Quando perguntada como conheceu o PEA Pescarte, a entrevistada explica que após o divórcio ela precisou sustentar os filhos, e começou a trabalhar com a limpeza e beneficiamento do camarão. Ela ainda explicou, que tinha vontade de participar do projeto, porque não se sentia representada. Desde sua entrada o envolvimento da entrevistada é grande nas atividades propostas pelo PEA Pescarte, porque segundo ela, ao longo de sua vida foi reprimida “nas coisas” que queria participar e o PEA Pescarte oportuniza uma reflexão mais profunda sobre a necessidade da participação para a vida em sociedade, bem como permite uma expressão do eu.

Quando perguntada sobre os primeiros contatos com as atividades do PEA Pescarte a personagem-chave, afirmou que foi a partir do Censo⁶ realizado em 2014. O Censo Pescarte (2014-2016) coletou dados junto às comunidades pesqueiras da BC, a fim de compreender a lógica da cadeia da pesca e seus sujeitos e modos de vida (TIMÓTEO e PINHO, 2019, p. 5). No que se refere expectativa em relação a participação do projeto ela revelou que “quer ir com calma”, e traz elementos do processo pedagógico para sua

⁶ Dentre os desdobramentos do Censo pode-se elencar a realização de entrevistas com 589 famílias, 1650 pessoas e 824 pescadores(as). Na segunda fase do PEA Pescarte os indicadores municipais anunciaram 6521 participações, das quais 802 foram de Campos dos Goytacazes. Dentre essas ações elenca-se: 13 reuniões com grupos gestores; oficinas; 43 articulações; 9 assembleias comunitárias e; 16 gestores em comunidades (PEA Pescarte, 2018). Além do mapeamento da pesca artesanal na região norte fluminense o Censo PEA Pescarte promoveu a aproximação entre as equipes municipais com os/as pescadores/as e seus familiares e a lideranças, bem como propiciou um diálogo entre os pesquisadores da UENF e a comunidade, oportunizando a troca de saberes e a construção de novos conhecimentos. (COSTA; BRITO, 2019)

justificativa.

Ela compreendeu que o Projeto tem um cunho solidário, mas demonstra preocupação. Diante disso, as questões referentes ao aprofundamento do discurso feminista é um processual, que nasce com a curiosidade dela em participar, perpassando pela necessidade de garantia dos direitos da classe pesqueira (ENTREVISTA, 2017).

A entrevista revelou que a marisqueira não tem sua atividade laboral registrada junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A justificativa oferecida por ela é que teria que todo mês pagar pelo benefício e daí no período de defeso, dos quatro salários que receberia, um ficaria comprometido com o pagamento do INSS. Ela também revela que a limpeza do camarão gera muitas polêmicas por causa da burocracia para comprovar a atividade.

De modo geral, o não reconhecimento da mulher como elemento produtivo da cadeia da pesca, contribui tanto para sua invisibilidade frente as políticas públicas, quanto para a manutenção das relações machistas que vigoram nos “territórios da pesca”, onde o pescador é a figura masculina e elo central dessa cadeia, ao passo, que a mulher é subalternizada e relegada a “funções” secundárias, como a limpeza do pescado.

A Lei nº 11.959 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras tipifica o pescador em duas categorias: amador e profissional. O primeiro realiza a atividade pesqueira sem fins lucrativos, ao passo que o segundo, exerce a pescaria para fins comerciais. Para efeitos deste dispositivo legal as atividades pesqueiras artesanais são “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO).

A lei não caracteriza os aspectos culturais presentes na atividade pesqueira, qualificando-a apenas em relação as atividades laborais e secundarizando os aspectos da reprodução social e da vida dos pescadores e das pescadoras. Para Ramalho (2016),

os pescadores, ao (re)elaborarem seu saber-fazer sobre os pescados, objetivam suas pescarias (meios técnicos, tecnológicos) em um fluxo contínuo e dialético, que se integra como parte de sua própria condição e de seus atributos societários locais, e que não deixa de compor os processos regionais, nacionais e/ou globais e as possibilidades ecológicas encontradas. É nesse contexto, por a mediação ser feita entre pescador e o pescado, que as pescarias estão cheias de momentos de sínteses societárias, significando modos de ser e fazer-se pescador, nunca homogêneos, que buscam capturar tipos de pescados, a partir de interesses comerciais e/ou de subsistência, ou mesmo por conta das condições ambientais e de classes existentes [...]. (RAMALHO, 2016, p.412).

Nesse sentido a definição de pescador/a está, diretamente, relacionada ao modo de vida e ao saber-fazer de cada pessoa que pratica “pescaria”. O autor sintetiza, afirmando que o pescador é um trabalhador das águas.

Ao enfocar os processos de participação das mulheres trabalhadoras da pesca artesanal, nossa pesquisa permitiu compreender as potencialidades e o poder da Educação Ambiental Crítica nos processos que estimularam o empoderamento e o protagonismo feminino na pesca artesanal. Por meio de pesquisa de campo desenvolvida junto a processos de educação, seja ela formal ou informal, observamos que as mulheres têm assumido novas posturas mais expressivas diante dos processos produtivos, econômicos e de participação política nas suas respectivas comunidades.

Embora, as mudanças de paradigmas, a apropriação de novos conhecimentos e a ressignificação de outros seja processual, uma prática pedagógica crítica é elemento importante nesse caminho. Nesse sentido, as ações fomentadas pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte e enfocadas por essa pesquisa contribuem com a formação cidadã e o engajamento político necessários para ampliação dos espaços de participação democrática e econômica.

A pesquisa revelou que as transformações ocorridas na vida da nossa entrevistada ao longo do tempo de sua participação no PEA Pescarte, apontou para a tomada de consciência sobre a necessidade e a importância do envolvimento e da participação nas decisões pertinentes ao mundo do trabalho, demonstrando a relevância da construção de processos que possibilitem o acesso à conhecimentos.

Esses novos olhares são fruto das transformações que a educação promove. Nesse aspecto é perceptível a importância do percurso pedagógico construído pelo PEA Pescarte no fomento a transformação social democrática. A constituição do processo organizativo, o empoderamento e a compreensão da importância da participação nos espaços de tomadas de decisão é um caminho longo, que demanda tempo de estudo, e discussão, de reflexão, de imersão. E, nesse sentido, o PEA Pescarte, por meio de processos educativos de indução da construção de Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) buscam a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Segundo a interlocutora, o PEA Pescarte é um lugar de constante aprendizado. E, nesse sentido, olhar em outras direções, se apropriar de novos conceitos e compreender o “lugar”, que, historicamente, foi relegado às mulheres faz parte do caminho. Lançar o foco em outras direções é processual. E, talvez, a partir da troca de experiências com outras mulheres, que estão na luta pela garantia de seus direitos, permita a entrevistada, futuramente, compreender a importância do movimento feminista para sua vida. Aliás, sem as conquistas alcançadas por este movimento, a entrevistada não teria “seu lugar de fala”.

No entanto, mesmo compreendendo as mudanças positivas em sua vida, uma análise mais apurada do discurso da nossa interlocutora principal revelou a reprodução da lógica capitalista de que o recurso financeiro é o objetivo fim da participação nas atividades do PEA Pescarte. Apesar de compreender a importância da Educação Ambiental Crítica e das discussões que permeiam a Gestão Ambiental Pública, nossa interlocutora vem demonstrando compreender que a geração de renda é a consequência do processo de organização social e política dos/das pescadores/as artesanais, que irão se inserir no mercado de trabalho a partir de PGTRs pautados no trabalho colaborativo em rede, na economia solidária e no desenvolvimento sustentável.

Considerações finais

As transformações sociais ocorridas na vida da nossa principal interlocutora têm sido alcançadas, por meio da educação informal, na perspectiva da Gestão Ambiental Pública, na vertente da Educação Ambiental Crítica promovida pelo PEA Pescarte. A proposta pedagógica assentada no diálogo e na análise crítica da realidade foram fundamentais nesse processo. Compreendemos que a escuta sensível, a manutenção da mobilização diária e as formações coletivas são importantes metodologias pedagógicas pois proporcionam tanto ao grupo da pesca artesanal, em especial as mulheres, quanto aos educadores, um aprofundamento de conhecimentos e fortalecimento nos processos educativos.

Referências

ANELLO, L. F. S. Os programas de Educação Ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução. **Tese** (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós graduação em Educação Ambiental. FURG-RS, 2009, 189f.

BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CEZAR, L. S.; THEIS, R. Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Bacia de Campos, RJ. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 3, p. e178848, 2020.

COSTA, K. V.; BRITO, C. I. de. Participação Popular na Gestão Pública do Meio Ambiente: A Aderência da Comunidade Pesqueira Artesanal aos Espaços Educativos Proporcionados pelo Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás. In: TIMÓTEO, G. M. (org.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense**: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras /USP, 2001.

FIRJAN. **Manual de Licenciamento Ambiental** – Guia de procedimentos passo a passo. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cart_sebrae.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, M. G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. Educação Não Formal e Aprendizagens Informais. **Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**, Investigar em Educação - II ª Série, Número 1, Portugal, 2014.

GOULD, K. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 69-80.

IBAMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 02/10.** Disponível em: <http://ibama.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=804&Itemid=719>. Acesso em: 10 dez. 2020.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**. Uberlândia, V. 7, 2008.

JUSTINO, M. A.; OCHOSKI, M.; DANTAS, A. M. Educação Ambiental em espaços não-formais. Relato de Experiência. **Anais do XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental**, 2017.

LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas**. v. 1. Brasília: ENAP, 2006. p. 289-313.

LAYRARGUES, P. P. “Educação Ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades”. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P., CASTRO; R. S. (Orgs.) **Repensar a Educação Ambiental**: um olhar crítico – São Paulo: Cortez, 2009, p. 11-32.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e Educação Ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ.** Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental no Licenciamento: uma análise crítica de suas contradições e potencialidades. **Sinais Sociais**, Rio DE Janeiro, v.5, n.14, 2010, p.1-156, Setembro-Dezembro.

MARTINS, C. S. O Planetário: espaço não formal qualificando professores da segunda fase do ensino fundamental para o ensino formal.2009. **Dissertação** (mestrado), 2009.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de Gestão Ambiental: uma proposta de Educação Ambiental transformadora e emancipatória. *In:* LAYRARGUES, P. (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. MMA: Brasília, 2004.

RAMALHO, C. W. N. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 11, n. 2, p. 391-414, maio-ago. 2016.

RODRIGUES, G.S.; PINTO, B. C. T.; FONSECA, L. C. S.; MIRANDA, C. C. M. O estado da arte das práticas didático-pedagógicas em Educação Ambiental (período de 2010 a 2017) na Revista Brasileira de Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. V. 14, No1: 09 - 28, 2019.

SANTOS, V. J. A cadeia produtiva do pescado e invisibilidade feminina: prática, representação e apropriação. *In:* TIMÓTEO, G. M. (org.). **Educação Ambiental com participação popular:** avançando na gestão democrática do ambiente. 2. ed. - rev. e ampl. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

SMITH, I. A. Mismanagement of inland fisheries and same corrective measures. **ICLARM**, Manila, 1982.

WALTER, T.; ANELLO, L. F. S. A Educação Ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Ambiente & Educação**, Brasília, v. 17, p. 73-98, 2012.